

## TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE GRÃO MOGOL/IEF MG

### 1. Antecedentes

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

O FUNBIO tem o desafio de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, viabilizando a interface entre programas e projetos e diferentes fontes de recursos, e identificando novas oportunidades para maximizar resultados.

Na qualidade de executor de projetos o FUNBIO realiza um amplo rol de atividades, com destaque para: a) gerenciamento operacional e financeiro; b) apoio ao planejamento dos projetos; c) aquisição e logística de bens e contratação de serviços (procurement); d) realização de chamada de projetos; e) constituição e administração de fundos para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo das atividades; e f) realização de estudos e desenvolvimento de novos mecanismos financeiros, entre outros.

O Programa COPAÍBAS tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado. Para isto, o projeto visa atender a quatro metas: 1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; 2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; 3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e, por fim; 4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade. Cada uma dessas quatro metas compõe um componente do projeto.

A primeira meta, que trata de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 21 UCs no Cerrado, todas criadas em âmbito estadual. Para atendimento desta meta, foram pensadas ações de estruturação (consolidação) destas Unidades, de fomento ao Uso Público, de estímulo ao Manejo Integrado do Fogo e de difusão das

Reservas Particulares do Patrimônio Natural. A contratação discutida ao longo deste documento se relaciona com as metas relativas à consolidação das UCs e os esforços de fomento ao Uso Público.

## 2. Objetivo:

Elaborar o Plano de Uso Público (PUP) para uma Unidade de Conservação do Programa Copaíbas, a saber, Parque Estadual (PE) Grão Mogol no município de Grão Mogol no estado de Minas Gerais, conforme o documento *“Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais”*.

## 3. Contextualização:

Os planos de Uso Público para as UCs do Projeto Copaíbas deverão ser desenvolvidos tendo em vista a sustentabilidade das atividades propostas, tanto no âmbito ambiental quanto no âmbito financeiro. Espera-se que o plano contribua para o aumento de visitação nas Unidades, gerando emprego e renda para as populações do entorno. Por fim, os planos devem respeitar os objetivos de criação da UC, seu plano de manejo e as diretrizes do estado para gestão de UC.

O plano de uso público é um documento técnico não-normativo e essencialmente programático, que contempla as estratégias, as diretrizes e as prioridades de gestão, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação nas unidades de conservação. O plano ainda indica os instrumentos de gestão do uso público, que serão desenvolvidos conforme a demanda e a necessidade das unidades de conservação e passam a compor o portfólio incremental de planejamento para avançar na estruturação da visitação.

Será utilizado como orientador o documento *“Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais”*, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). As instruções específicas para o ICMBio, como a necessidade de revisão por determinada Coordenadoria, deverão ser desconsideradas. Por outro lado, deverão ser atendidas as especificidades do Projeto Copaíbas, detalhadas ao longo deste documento.

Ao final do desenvolvimento do Plano, deverão ser elaboradas recomendações para implantação das ações propostas. Deverão ser indicados os passos, os recursos necessários e os investimentos prioritários para ao menos os próximos três anos. Espera-se que sejam discutidos os benefícios esperados para cada investimento recomendado.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, deverão ser consideradas questões de gênero referentes ao Uso Público. Há muitas maneiras em que este aspecto pode ser considerado, das quais destacam-se algumas:

- Assegurar que ocorram na UC experiências que contemplem perspectivas de todos os gêneros;

- Assegurar a presença e a participação diversa em gênero em oficinas e eventos. Isso pode incluir medidas como dotar os locais de realização das oficinas com espaços supervisionados para crianças ou campanhas de divulgação específicas para determinado público, dentre outras;
- Analisar sob o viés de gênero a repartição equitativa dos benefícios gerados pelo aumento da visitação.

### **Parque Estadual de Grão Mogol**

O Parque Estadual de Grão Mogol está inserido, em sua maior extensão, na Serra do Espinhaço, no município de Grão Mogol, norte de Minas. Foi criado por meio do Decreto nº 39.906/1998, sendo seus limites redefinidos pelo Decreto nº 45.243/ 2009, com uma área de 28.404,4870ha. É constituído pelo vale do Rio do Bosque e outros rios menores. O relevo é predominantemente montanhoso, cortado por grandes chapadas como a Chapada do Bosque, que chega a atingir cinco mil metros, a Chapada do Bosquinho e Chapada do Cardoso.

A vegetação da região é rasteira e de pequeno porte, típicas de campos de altitude. Nas chapadas predominam os cerrados com suas variações, destacando cerrado baixo, representado por árvores como pequizeiro, a lixeira e o pau terra, entre outras e a caatinga arbustiva com a presença de espécies como bromélias e cactáceas.

Os campos de sempre vivas e os vales dos rios do Bosque e Ventania, são pontos marcantes da região. A composição da flora desta região é peculiar, com inúmeras ocorrências de populações restritas àquele ambiente. Destaque para canelas de ema, de grande importância ecológica. Existem, ainda, algumas formações de veredas isoladas, com uma discreta presença de buritis.

A fauna possui algumas espécies consideradas ameaçadas como o lobo-guará, onça parda, jaguatirica, tamanduá bandeira, tamanduá de coleite, tatu canastra, macaco saúá, lontra, dentre outras.

O Parque Estadual de Grão Mogol está situado na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha. Os rios, que cortam toda a área do parque, são perenes, mesmo estando em uma região extremamente seca. Daí a importância da preservação dessa área, para garantir a vitalidade de seus cursos hídricos e suas inúmeras nascentes, que alimentam outras grandes bacias hidrográficas.

A unidade possui diversos atrativos, sendo que alguns são tombados decreto municipal 005/2000, tais como: Trilha do Barão, Trilha da Tropa, Cachoeira Véu das Noivas, Gruta do Quebra-coco, Cachoeira do Mirante e Sítio Arqueológico do Cipriano.

## **4. Produtos**

A construção do Plano Uso Público do Parque Estadual de Grão Mogol se dará conforme os produtos dispostos a seguir. Ressalta-se que esta lista se baseia nas orientações metodológicas desenvolvidas pelo ICMBio, com exceção das modificações comentadas neste Termo. Neste documento estão dispostas maiores informações a fim de nortear o desenvolvimento da proposta pelas organizações candidatas.

Produto 1 – Plano de trabalho

- Planejamento e detalhamento das atividades que serão realizadas, bem como do cronograma previsto pela organização candidata;
- Reunião online prévia de alinhamento com a equipe de planejamento do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais sobre as atividades e cronograma de execução. A reunião tem estimativa de, aproximadamente, 1:30h para sua realização.

Observação: O produto 1 não se encontra presente no roteiro metodológico acima citado.

#### Produto 2 – Diagnóstico do uso público da UC.

- Descrição do contexto do entorno: Localização do destino e da UC, principais atividades econômicas da região (turismo, agricultura, etc), categoria dos municípios conforme o Mapa do Turismo Brasileiro (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/mapa-do-turismo-brasileiro>), grau de importância do destino turístico (regional, nacional ou internacional), importância e histórico de turismo para os municípios da região, principais acessos ao destino turístico (distância da UC dos principais centros urbanos, principais meios de acesso – rodoviário, aéreo, etc), identificação dos principais atrativos de visitação e turismo no entorno da UC, questões climáticas relevantes ao contexto de turismo na região (estações e sazonalidade), dados e estimativas socioeconômicas dos municípios de importância para o turismo/visitação da UC (IDMH, renda, estimativas populacionais, etc), infraestrutura e serviços dos municípios relacionados ao turismo/visitação do destino turístico (hotelaria, transporte, alimentação, etc), roteiros, informações gerais sobre o trade turístico (agências, operadores, etc), eventos com importância para o turismo, programas, projetos e demais iniciativas em curso para o desenvolvimento do turismo e visitação do destino ou da UC com importância nacional ou internacional, dentre outras informações pertinentes.
- Descrição do histórico e contexto do turismo na UC: Análise das possibilidades e vedações dispostas de visitação no plano de manejo, levantamento do histórico da visitação da UC, caracterização da influência da regularização fundiária com a visitação (principais gargalos, principais áreas com passivo de regularização, judicializações conhecidas, entre outros<sup>1</sup>), registros anuais do número de visitas, perfil do visitante, infraestruturas existentes (centro de visitantes, estado de implementação dos atrativos, sinalização, interpretação, vias motorizadas internas, estradas, trilhas, etc), vocação e perfil/tendência de visitação da UC (experiências, beleza cênica, atrativos histórico-culturais e naturais/biodiversidade), atividades de visitação existentes (ordenadas ou não-ordenadas, incluindo atividades controversas ou em desacordo com instrumentos), existência de delegações de serviço, parcerias para a implantação da visitação, relação da visitação com o entorno, projetos de trilhas de longo curso e possibilidade de levantamento de locais para implementação de trilhas nos moldes da Rede Brasileira de Trilhas, eventos (de natureza cultural, esportiva, religiosa, recreativa, entre outros) com importância para a visitação da UC, iniciativas ou projetos de turismo de base comunitária, etc.
- Levantamento dos atrativos existentes e potenciais, utilizando os parâmetros do ROVUC para a caracterização (biofísica, sociocultural e infraestrutura/manejo) e a classificação das

---

<sup>1</sup> Os dados relativos a situação fundiária da Unidade de Conservação serão fornecidos pelo Instituto Estadual de Florestas

áreas de visitação. Elaboração dos mapas de visitação contendo os limites das áreas de visitação, identificação dos principais atrativos, pictogramas das atividades de visitação compatíveis etc. Deve estar relacionado com as áreas de visitação da planilha do ROVUC, incluindo o entorno da UC, quando for o caso.

- Recursos existentes e iniciativas em curso;
- Análise da oferta e da demanda turística da UC e do seu entorno. Deve ser realizada em parceria com partes interessadas locais;
- Análise da potencialidade para fomento do turismo de base comunitária na UC e entorno;
- Análise SWOT da UC e contexto local.

Nesta etapa, a contratada deverá realizar trabalhos de campo, de no mínimo seis dias, a fim de dirimir dúvidas e levantar informações que não estejam disponíveis na bibliografia e em documentos oficiais, e ainda para realizar expedições de campo para conhecer os principais atrativos e aplicar o ROVUC.

A contratada deverá atender as seguintes recomendações para a realização do campo:

- A campanha de campo deverá considerar no mínimo 6 dias dentro da UC e entorno, ou seja, sem contagem dos deslocamentos de ida e volta das equipes até Grão Mogol (MG);
- Não poderá ser delegada a execução a terceiros, ou seja, outros profissionais que não compõem a equipe chave do contrato especificado neste Termo de Referência;
- A empresa deverá realizar as atividades de campo com veículo apropriado com condições adequadas de trafegabilidade em estradas de terra, sendo recomendado um veículo 4x4;
- Atividades de campo que necessitem de acompanhamento de funcionários terceirizados deverão respeitar o horário de início e término das suas jornadas de trabalho.

Avaliação do contexto turístico local e regional com atores estratégicos envolvidos com o turismo na região deverá ser realizada presencialmente por meio de entrevistas, reuniões, grupos focais ou metodologia similar:

- A empresa contratada será responsável pela organização e realização desta etapa do diagnóstico, e, portanto, viabilizará toda a logística incluindo o transporte dos participantes (caso seja necessário), locação do espaço, alimentação, entre outros;
- O Instituto Estadual de Florestas apoiará a contratada na divulgação e mobilização dos convidados, e sempre que possível, tentará viabilizar por meio de parcerias a cessão sem custos de espaços para a realização das atividades;
- Com o objetivo de facilitar a logística de execução, essa atividade poderá ocorrer durante a visita de campo prevista para a etapa de diagnóstico ou na mesma semana das oficinas de planejamento.

Produto 3 - Oficina de planejamento do uso público.

- Reunião com atores locais, principalmente aqueles envolvidos com o turismo na região, visando a revisão dos materiais até então desenvolvidos e a construção coletiva do PUP, sobretudo quanto à indicação de diretrizes e prioridades;
- Elaboração do relatório das oficinas com exposição das facilitações, discussões e fotos.

Os custos da oficina serão de responsabilidade da contratada. Deverão ser considerados de 1 a 2 dias de oficina com participação de até 30 atores relacionados com a visitação/turismo na UC com o objetivo de construir e validar os componentes estratégicos do plano de uso público da UC. A Oficina ocorrerá de forma presencial e deverá ter registro e lista de presença. A empresa contratada será responsável pela organização e realização do evento, e, portanto, viabilizará toda a logística incluindo o transporte dos participantes (caso seja necessário), alimentação e o que mais for necessário à sua realização. A condução será realizada pela Contratada, que deverá adotar método expositivo e ferramentas que facilitem o alcance dos objetivos pretendidos, considerando os níveis de escolaridade dos participantes e particularidades regionais.

O Instituto Estadual de Florestas apoiará a contratada na divulgação e mobilização dos convidados, e irá viabilizar por meio de parcerias a cessão sem custos de espaços para a realização das atividades.

Os convites deverão ser elaborados pela contratada e encaminhados com pelo menos 20 dias de antecedência aos interessados, com o reenvio, se necessário, 15 dias antes da realização do evento.

A contratada deverá apresentar um roteiro detalhado das atividades previstas para as oficinas ao IEF/MG com pelo menos 20 dias de antecedência para a aprovação. Deverá ser prevista uma reunião online para alinhamento entre as equipes de até 1:30h de duração.

A contratada deverá fornecer todo o material necessário para a execução das atividades como tarjetas, flip chart, mapas, notebooks, projetores entre outros. Além disso, deverão ser fornecidos crachás de identificação e papéis e canetas para os participantes.

#### Produto 4 – Consolidação do Documento.

- Elaboração de definições operacionais relacionadas à visitação;
- Indicação das principais estruturas necessárias para consolidação da unidade de conservação, com a espacialização em mapa, e, priorização das áreas de visitação conforme realidade. E ainda realizar estimativa de custos destas e apontar quais os benefícios são esperados em caso de sua implantação. As melhorias não necessariamente precisam ser estruturas físicas ou bens materiais, podem ser contratações ou melhorias de processos, por exemplo.
- Definição de indicadores para o monitoramento de impactos da visitação, bem como definição de NBV para os atrativos em que se identifique essa necessidade, conforme definido no Roteiro Metodológico de Impactos da Visitação;
- Definição dos possíveis mecanismos/métodos de aferição das visitas considerando a realidade da UC;
- Redação final do PUP, contendo estratégias e indicações técnicas sobre a visitação;
- Apontar quais diretrizes e ações para gestão da visitação, qualificação dos serviços de apoio à visitação, diversificação e aprimoramento das atividades de visitação e monitoramento da visitação, dentre outros que forem pertinentes;
- Diagramação do documento;
- Elaboração do protocolo operacional de visitação da UC;

- Orientações sobre a equidade de gênero referente ao uso público da UC;
- Além de outras definições apontadas no Roteiro do ICMBIO.

A contratada deverá apresentar previamente ao IEF/MG, em reunião online, de até 1:30h de duração, uma proposta de estrutura do documento final, visto que o documento “*Orientações Metodológicas para a elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais*” não as define de maneira clara. Além disso, é importante também um alinhamento sobre a proposta de diagramação do produto final.

A contratada deverá apresentar o produto final ao conselho consultivo da UC por meio de reunião que será virtual, com previsão de duração de até 2hs.

## 5. Cronograma e pagamento

Encontra-se disposto abaixo o quadro de entregas e pagamentos desta contratação.

Produto	Prazo para entrega do produto (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	Tempo de análise do Órgão Gestor (Dias corridos)	Tempo de revisão da Contratada (Dias corridos)	Percentual de pagamento
Produto 01	15	5	5	10%
Produto 02	120	15	5	30%
Produto 03	155	10	5	25%
Produto 04	230	15	5	35%

O prazo total para execução dos trabalhos será de 230 dias a partir da assinatura do contrato.

Serão deduzidos no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

A instituição contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para [contratos@funbio.org.br](mailto:contratos@funbio.org.br)), com cópia para a Gerência do Programa Copaíbas ([copaibas@funbio.org.br](mailto:copaibas@funbio.org.br)) devidamente aprovados pela equipe indicada pelo Funbio.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento - TR (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

## 6. SUPERVISÃO

A aprovação dos produtos será realizada pelo Instituto Estadual de Florestas com a respectiva ciência ao FUNBIO manifestada ao contratante por e-mail. Ou seja, em última instância, caberá

ao Órgão Gestor (OG) a aprovação dos produtos, respeitado o prazo de 10 dias corridos para a avaliação das entregas.

As mensagens destinadas ao IEF/MG deverão ter sempre a Gerência Programa Copaíbas em cópia ([copaibas@funbio.org.br](mailto:copaibas@funbio.org.br)), já que cabe à equipe do FUNBIO o acompanhamento do contrato.

A consultoria contratada disponibilizará, quando requisitado, todos os elementos necessários ao processo de monitoria do Programa Copaíbas, do IEF/MG e do doador para que, devidamente autorizados, a equipe efetue o acompanhamento das atividades e verifique a elaboração dos produtos da contratada.

Importante ressaltar que cada produto será considerado finalizado quando forem feitas as entregas para a Unidade de Conservação contemplada por este Termo de Referência.

## 7. INSUMOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O IEF/MG disponibilizará dados secundários disponíveis sobre a Unidade de Conservação, sendo importante ressaltar que em alguns casos o órgão gestor poderá não ter à disposição informações sistematizadas para que a contratada utilize apenas dados secundários.

A contratada deverá dispor de computador, softwares (incluindo ferramentas de Sistemas de Informações Georreferenciadas), espaço físico e demais recursos próprios para a execução dos produtos.

Estão previstas reuniões virtuais para a apresentação dos produtos e para o alinhamento entre as partes, em um máximo de 5 reuniões com até 4 horas de duração cada. A contratada deve dispor de meios para participação em reunião.

Eventuais gastos com deslocamento e com a realização da oficina deverão ser cobertos pela contratada. O mesmo se aplica para a etapa de mobilização.

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do Funbio, enquanto contratante.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos resultantes deste contrato terão os direitos patrimoniais revertidos para o Funbio e IEF/MG, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização dos mesmos, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.



Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações produzidas por consultoria, deverá ser solicitada autorização prévia do Funbio.

## 9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os documentos deverão ser apresentados em formato docx e/ou excel. Apresentações devem ser feitas em formato pptx. No caso de mapas, os formatos em shapefile e em kml (*Google Earth*), e também deverão ser entregues ao Funbio. A entrega dos arquivos deverá ser feita de forma virtual, via e-mail ou por meio de serviços de hospedagem online. O produto final deverá ser entregue diagramado.

## 10. QUALIFICAÇÃO

A organização proponente deverá ter experiência comprovada na elaboração de, ao menos, cinco (05) Planos de Uso Público ou Planos de Manejo, sendo imprescindível ter realizado um (01) plano de uso público em unidade de conservação. Serão contabilizadas também outras experiências relacionadas ao Uso Público, tais como estudos de viabilidade, estudos para concessão e projetos e/ou programas turísticos em área protegidas.

A equipe principal deverá contar com quadro 04 profissionais, sendo o primeiro, um(a) coordenador(a) com experiência em temas relacionados aos da consultoria. O analista e os especialistas também devem possuir experiência em suas áreas correlatas conforme descrito neste Termo de Referência e no Anexo “Critérios de Avaliação”.

Indicações dos perfis desses profissionais:

Coordenador do projeto: 1) Formação acadêmica em Turismo, Biologia, Ecologia, Geografia, Geologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Antropologia, ou área relacionada; 2) Experiência comprovada em trabalhos relacionados a uso público em unidades de conservação.

Analista em uso público: 1) Formação acadêmica em Turismo, Biologia, Ecologia, Geografia, Geologia, Engenharia Ambiental, Engenharia florestal, Gestão Ambiental, Ciências Sociais, Antropologia, Ciências Econômicas, ou áreas relacionadas; 2) Experiência comprovada em trabalhos de atuação em uso público.

Especialista em equidade de gênero: 1) Curso de nível superior; 2) Experiência comprovada em trabalhos sobre equidade de gênero.

O Coordenador ou o Analista poderá exercer também a função de Especialista em Equidade de Gênero.

Especialista em Infraestrutura 1) Formação acadêmica em engenharia, arquitetura, urbanismo área relacionada. 2) Experiência em trabalhos relacionados à planejamento/implantação de infraestrutura em áreas naturais.

Observação: A formação em curso de nível superior do Coordenador, Analista e Especialistas é obrigatória, sendo eliminada a proponente que não apresentar tal qualificação. Formação complementar como cursos de especialização, mestrado e doutorado serão pontuados conforme descrição na alínea c – “Qualificação da Equipe” no anexo “Critérios de Avaliação” não sendo de caráter eliminatório.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

A qualificação da empresa e das equipes técnicas indicadas deverá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica ou declarações similares emitidas pela contratante do serviço prestado.